

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS “DR. JOÃO AMORIM” CEJAM PSF/MOGI DAS CRUZES

CNPJ : 66.518.267/0010-74

Demonstrações Contábeis Exercício de 2024

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)							
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2024	2023	Receitas Líquidas	Notas	2024	2023
Ativo Circulante				Passivo Circulante				Receitas Líquidas	13	35.248.000,77	38.865.883,69
Caixa e Equivalente de Caixa	4	5.576.677,71	7.303.265,75	Fornecedores	9	1.100.969,93	969.146,26	Contratos de Gestão e Convênios	14	35.242.901,77	38.854.104,80
Adiantamentos a Empregados	5	139.829,98	152.216,19	Obrigações Trabalhistas		1.108.547,96	1.156.480,17	Realização de Bens Públicos em nosso poder		30.138,18	29.276,90
Adiantamentos para Despesas		1.200,00	-	Obrigações Sociais e Fiscais	10	802.823,72	776.530,71	(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3g	(25.039,18)	(17.498,01)
Impostos Recuperáveis		-	4.476,20	Contas a Pagar		108.192,69	114.407,76	Custos		(39.810.564,15)	(37.317.345,68)
Créditos de Contratos de Gestão	6	321.578,03	4.189.494,73	Provisões para Férias e Encargos		1.996.385,52	2.000.371,75	Pessoal e Reflexo	16	(25.872.395,88)	(25.344.781,86)
Outros Créditos		201.460,43	-	Passivo Não Circulante		5.116.919,82	5.016.936,64	Serviços Terceirizados	17	(13.657.217,98)	(11.736.959,59)
Estoque		20.049,09	29.452,71	Provisões para Contingências	11	1.317.876,64	1.317.876,64	Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(280.950,29)	(235.604,23)
Despesas Antecipadas		2.767,92	2.503,58	Bens Públicos em nosso poder	12	209.627,75	214.726,75	Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	22	(6.080.961,04)	(5.945.486,61)
		6.263.563,16	11.682.609,16			1.527.504,39	1.532.603,39	(-) Isenção da CPP Usufruída	22	6.080.961,04	5.945.486,61
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido				(=) Resultado Bruto		(1.909.329,80)	(2.967.902,66)
Imobilizado	7	208.588,25	212.161,25	Patrimônio Social		5.347.795,88	5.592.028,73	Despesas		(1.909.329,80)	(2.967.902,66)
Intangível	8	1.039,50	2.565,50	Déficit do Exercício	24	(5.502.579,61)	(244.232,86)	Impostos, Taxas e Contribuições		(25.209,64)	(29.189,00)
		209.627,75	214.726,75	Transferências Patrimoniais		(16.449,57)	0,01	Despesas Gerais	19	(1.884.120,16)	(1.901.672,26)
Total do Ativo		6.473.190,91	11.897.335,91	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.473.190,91	11.897.335,91	Provisões para Contingências		-	(1.037.041,40)
								Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		410.661,49	389.417,82

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.721.130,27	1.849.856,79	(2.978.958,33)	5.592.028,73
Incorporação do Superávit/Déficit	1.849.856,79	(1.849.856,79)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(2.978.958,33)	-	2.978.958,33	-
Transferências Patrimoniais	-	-	0,01	0,01
Déficit do Exercício	-	(244.232,86)	-	(244.232,86)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.592.028,73	(244.232,86)	0,01	5.347.795,88
Incorporação do Superávit/Déficit	(244.232,86)	244.232,86	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	0,01	-	(0,01)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(16.449,57)	(16.449,57)
Déficit do Exercício	-	(5.502.579,61)	-	(5.502.579,61)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.347.795,88	(5.502.579,61)	(16.449,57)	(171.233,30)

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)		
	2024	2023
(=) Déficit do exercício	(5.502.579,61)	(244.232,86)
Total do Res. Abrangente do Exercício	(5.502.579,61)	(244.232,86)

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)		
	2024	2023
Atividades Operacionais		
(Déficit) do Exercício	(5.502.579,61)	(244.232,86)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	12.386,21	38.434,82
Adiantamentos para Despesas	-	(1.043,19)
Impostos Recuperáveis	4.476,20	-
Créditos com Convênios	3.867.916,70	(1.217.841,36)
Outros Créditos	(201.460,43)	-
Estoques	9.403,62	(17.978,31)
Despesas Antecipadas	(264,34)	(245,38)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	131.823,67	472.386,12
Obrigações Trabalhistas	(47.932,20)	(14.475,34)
Obrigações Sociais e Fiscais	26.293,01	55.429,99
Provisões para Férias e Encargos	(3.986,23)	112.176,03
Provisões para Contingências	-	1.037.041,40
Outras Obrigações	(6.215,07)	32.685,25
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(1.710.138,47)	252.337,17
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(25.039,18)	(17.498,01)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(25.039,18)	(17.498,01)
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	25.039,18	17.498,01
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(16.449,57)	0,01
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(8.589,61)	17.498,02
Varição Líquida nas Disponibilidades	(1.726.588,04)	252.337,18
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	7.303.265,75	7.050.928,57
Disponibilidades no Final do Exercício	5.576.677,71	7.303.265,75
Varição Líquida nas Disponibilidades	(1.726.588,04)	252.337,18

paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

14. Receitas com Contratos de Gestão		
	2024	2023
Contrato de Gestão nº 046/2020	35.242.901,77	38.854.104,80
	35.242.901,77	38.854.104,80

15. Receitas e Despesas Financeiras		
	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	570.649,16	774.907,97
Descontos Obtidos	14,91	13.901,92
(-) Tarifas Bancárias	(1.403,00)	(2.154,40)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(34,78)	(921,27)
(-) Juros e Multa s/ Impostos	(10.574,21)	(20,25)
	558.652,06	785.713,97

16. Custos com Pessoal Próprio		
	2024	2023
Remunerações	21.658.694,37	21.306.614,58
Benefícios	2.342.496,44	2.281.444,89
Encargos Sociais	1.871.205,07	1.756.722,39
	25.872.395,88	25.344.781,86

17. Custos com Serviços Terceirizados		
	2024	2023
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	9.656.899,89	8.803.223,19
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	3.351.337,23	2.433.094,09
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	648.980,86	496.642,31
	13.657.217,98	11.736.959,59

18. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo		
	2024	2023
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	440,21	21,03
Materiais de Consumo	180.413,95	152.449,29
Materiais de Conservação e Reparos	17.377,31	19.955,28
Outros Materiais e Insumos	82.718,82	63.178,63
	280.950,29	235.604,23

19. Despesas Gerais		
	2024	2023
Contas de Consumo	342.919,90	318.028,16
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	691.260,00	659.955,40
Administrativas	801.710,87	891.657,47
Bens Não Imobilizado	16.202,47	2.654,63
Outras Despesas Gerais	32.026,92	29.376,60
	1.884.120,16	1.901.672,26

20. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

21. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS): Em 24 de março de 2024, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CG/CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise. Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece: "Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente." A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

22. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à iminência alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A iminência das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R\$ 6.080.961,04 e do ano de 2023 foi de R\$ 5.945.186,61 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas		
	2024	2023
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(5.950.802,44)	(5.845.858,14)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(130.158,60)	(99.328,47)
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	5.950.802,44	5.845.858,14
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	130.158,60	99.328,47
	0,00	0,00

23. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

24. Déficit do Exercício: O Déficit do exercício de 2024 foi de R\$ 5.502.579,61 e do exercício de 2023 foi de R\$ 244.232,86.

25. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2024.

Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2024.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional **Alexandre Papi** - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

(software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** • Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisões. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio líquido da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.k) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. Caixa e Equivalente de Caixa		
	2024	2023
Bancos – Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil – Conta nº 9451-X	67.033,98	1.016.217,53
Banco do Brasil – Conta nº 9451-1	10.502,34	-
Banco do Brasil – Conta nº 9452-8	2.897.676,25	5.361.937,49
Banco do Brasil – Conta nº 9454-4	174.050,54	-
Banco do Brasil – Conta nº 9453-6	144.097,65	-
Banco do Brasil – Conta nº 9687-3	2.283.316,95	925.110,73
	5.576.677,71	7.303.265,75

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,9891 % ao ano.

5. Adiantamento a Empregados		
	2024	2023
Adiantamentos de Férias	139.829,98	152.216,19
	139.829,98	152.216,19

6. Créditos de Contratos de Gestão		
	2024	2023
Contrato de Gestão nº 046/2020 (ESF)	321.578,03	4.189.494,73
	321.578,03	4.189.494,73

7. Imobilizado		
	2023	2024
Máquinas e Equipamentos	163.872,83	22.643,28
Equipamentos de Uso Médico	3.443,13	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"	
<p>A Administração e Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, gestora das Operações Contrato de Gestão nº 46 de junho de 2020 - Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes - São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" das Operações do Contrato de Gestão nº 46 de junho de 2020 - Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes ("Entidade"), filial do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" ("Entidade" ou "CEJAM") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Operações do Contrato de Gestão nº 46 de junho de 2020 - Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes ("Entidade"), filial do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM ("Entidade" ou "CEJAM") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros". Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante sobre a continuidade operacional - Continuidade operacional: Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis "carve-out", a principal fonte de receita da Entidade é provida pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, firmado por meio de um Contrato de Gestão, o qual custeia as principais atividades desenvolvidas pela Entidade. A Entidade vem apresentando déficits nos últimos exercícios, resultando em um "Patrimônio Líquido Negativo". Este evento ou condição indicam uma incerteza relevante que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. No entanto, nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out": Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos - Restrições sobre o uso e distribuição: As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretária Municipal da Saúde. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretária Municipal de Saúde identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretária Municipal da Saúde. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, para as quais emitiram relatório datado de 11 de abril de 2024 sem ressalvas. Res-</p>	
<p>ponsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis "carve-out": A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out": Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>	
<p>São Paulo, 28 de abril de 2025. BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/0-8 Carlos Aragaki - Contador CRC 1 SP 132091/O-1</p>	

Relatório Anual - 2024			
Janeiro a Dezembro - Dados consolidados			
Estratégia Saúde da Família - Mogi (incluindo dados da UBS Alto do Ipiranga)			
Indicador	Metas	Realizado	% Realizado
Consultas Médicas	85.550	112.901	132%
Atendimento Domiciliar do Médico	1.358	1.358	100%
Consultas do Enfermeiro	48.006	47.756	99%
Atendimento Domiciliar do Enfermeiro	2.073	2.073	100%
Teleatendimento do Enfermeiro	-	-	-
Visita Domiciliar do ACS	694.322	569.746	82%
Famílias Cadastradas	210.781	210.781	100%
Pessoas Cadastradas	694.322	694.322	100%
Total de Doses Aplicadas (Geral)	32.150	32.150	100%
Total de Doses Aplicadas Vacinação COVID-19	3.066	3.066	100%
Saúde Bucal - Mogi			
Indicador	Metas	Realizado	% Realizado
Atendimentos do CD	43.284	43.526	101%
Procedimentos do CD	116.797	116.797	100%
Assistência Farmacêutica - Mogi			
Indicador	Metas	Realizado	% Realizado
Receitas Atendidas da Unidade	104.648	104.648	100%
Receitas Atendidas em Outro Serviço Público	28.514	28.514	100%
Programa Alô Mãe Mogiana - Mogi			
Indicador	Metas	Realizado	% Realizado
1ª Consulta de Puerpério Alto Risco	3.075	3.342	109%
Gestantes de Alto Risco	1.356	2.423	179%
Gestantes	2.123	2.077	98%
Puericultura	3.078	3.368	109%
Recém-nascido de Alto Risco	1.375	1.165	85%
Central de Agendamento 160 - Mogi			
Indicador	Metas	Realizado	% Realizado
Confirmação de Agendamento	-	-	-
Ligações Atendidas	310.447	310.447	100%
Ligações Atendidas - SIS COVID	-	-	-
Mensagens Enviadas	1.235.192	1.235.192	100%
Mensagens Recebidas	880.061	880.061	100%
Mensagens Respondidas	93.851	93.851	100%

3G compra marca de tênis Skechers e dobra aposta em mercado de R\$ 1 tri

Brasileiros Jorge Paulo Lemann e Beto Sicupira, dois dos sócios da empresa de private equity, já têm participação na On Running, de Federer, usada por João Fonseca

Daniele Madureira

SÃO PAULO Depois do hambúrguer e das persianas, o 3G Capital decidiu apostar nos tênis. Nesta segunda-feira (5), a empresa de private equity anunciou a compra da fabricante de calçados americana Skechers, voltada a modelos esportivos, por US\$ 9,4 bilhões (R\$ 53 bilhões). Trata-se de um mercado que movimentou US\$ 168,6 bilhões (R\$ 953 bilhões), tendo a China como maior consumidor global, em valor, de acordo com a consultoria Euromonitor.

A investida do 3G Capital, controlado pelos bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira —os mesmos principais acionistas da Americanas, entre outros negócios—, aponta para setores completamente distintos dos que estavam no radar do fundo.

O 3G controla a RBI (Restaurant Brands International), dona das redes de lanchonete americanas Burger King, Popeyes e Firehouse Subs, e da rede de cafeterias canadense Tim Hortons. A empresa tem vendas anuais da ordem de US\$ 45 bilhões (R\$ 254,3 bilhões), com 32 mil lojas em todo o mundo. O fundo enveredou pelo ramo dos restaurantes em 2010, com a aquisição do Burger King.

Em dezembro de 2021, o 3G adquiriu o controle da holandesa Hunter Douglas, que se apresenta como "líder mundial na fabricação de cortinas, persianas e toldos". A empresa tem presença global, incluindo o Brasil.

No ano passado, o 3G vendeu sua participação na Kraft Heinz. O trio de bilionários (não a 3G)



Vitrine de outlet dos tênis Skechers em Los Angeles Frederic J. Brown - 10.abr.25/AFP

continua como principal acionista da Americanas, alvo de um escândalo contábil no início de 2023 e que continua em recuperação judicial.

Segundo comunicado divulgado pelo 3G e pela Skechers, a transação deve ser concluída até setembro deste ano. Embora seja a primeira vez que o 3G entra no negócio de tênis, o ramo não é novidade para dois dos principais sócios. Jorge Paulo Lemann e seu filho Marc, ao lado de Sicupira, são sócios da On Holding, grupo suíço que produz os tênis On Running —marca do tenista suíço Roger Federer que patrocina João Fonseca, o novo prodígio

do tênis brasileiro.

De capital aberto, com valor de mercado de US\$ 7,4 bilhões (R\$ 41,7 bilhões) a Skechers vai continuar sendo liderada pelo fundador, Robert Greenberg. Com a conclusão do acordo, porém, a fabricante vai se tornar uma empresa privada. Em 2024, registrou receita de US\$ 9 bilhões (R\$ 50,7 bilhões). O valor de US\$ 9,4 bilhões da aquisição reflete um preço de US\$ 63 (R\$ 355) por ação (classes A e B).

"A Skechers é uma marca icônica, liderada por seu fundador, com um histórico de criatividade e inovação. Temos imensa admiração pelo negócio que esta

equipe construiu, e estamos ansiosos para apoiar o próximo capítulo da empresa", disse a 3G no comunicado.

A Skechers, fundada em 1992, começou como uma vendedora de botas na Califórnia antes de incluir tênis para adultos e crianças no portfólio. Desde então, entrou em várias categorias esportivas, como corrida, golfe e futebol.

Greenberg tem se concentrado em segmentos menos chativos do mercado de calçados esportivos, com estilos confortáveis a preços mais baixos que as líderes do setor, como Nike e Adidas.

A guerra comercial do presidente dos EUA, Donald Trump, impactou centros de fabricação como Vietnã e China, onde a Skechers produz uma parte significativa de seus calçados. A empresa agora está ajustando preços e trabalhando com fornecedores para mitigar custos.

"O Vietnã é o maior fabricante global de calçados", diz a analista da Lafis consultoria, Thais Virga. Já o Brasil é o maior fabricante fora da Ásia. "Há quem aposte que a guerra tarifária entre EUA e China possa favorecer o Brasil, com o aumento das exportações locais."

A Skechers está presente no Brasil, com produtos importados. Mas não tem uma participação relevante, diz Thais. Por aqui, marcas como Olympikus e Mizuno, da Vulcabras, estão entre as mais vendidas, além de Nike e Adidas.

No Brasil, de acordo com a Euromonitor, o mercado de tênis movimentou R\$ 19,1 bilhões em 2024, um crescimento de 15% sobre o ano anterior. Para este ano, a previsão é de vendas de R\$ 21,6 bilhões em calçados esportivos.

O mercado brasileiro de tênis, por sinal, cresce em um ritmo mais acelerado do que o global. Entre 2019 e 2024, as vendas aumentaram 36%. No mundo, por sua vez, a alta foi de 20%. Em valor, porém, o Brasil está no 11º lugar do ranking, segundo a consultoria.

Com Bloomberg



Raio-X - 3G Capital

Fundação: 2004

Sede: Nova York

Direção: Alex Behring e Daniel Schwartz

Funcionários: 84

Empresas controladas: Burger King/Restaurant Brands International (RBI), Hunter Douglas e Skechers